

---

## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 01/2023

---

Belo Horizonte, 05 de junho de 2023.

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Sesc em Minas n.º 000034-23 – Processo nº 004001-04644, cujo objeto é aquisição de baterias 12V-44AH-M6 (nobreak) para alimentação do CPD do Edifício Sede do Sesc em Minas.

### 1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 4.1. do Edital convocatório, o prazo fatal para a apresentação de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 12/06/2023. Dessa forma, considerando que a impugnação foi apresentada em 05/06/2023, esta foi tempestiva.

### 2 – DA IMPUGNAÇÃO

Desta feita, abaixo transcrevemos trechos para entendimento do ponto impugnado, em síntese, alegando a impugnante o seguinte:

*“Data máxima vênia, o prazo de 10 (dez) dias determinado no Subitem 11.1. é excessivamente exíguo e vai de desencontro ao bom-senso e aos princípios informadores de toda e qualquer licitação, que determinam que a disputa seja ampla. Assim, solicita-se a avaliação e a compreensão desta Douta Comissão de Licitação.*

*Ilustrando a questão do cerceamento à ampla competitividade e isonomia, a Impugnante tem sua sede localizada na capital federal, a muitos quilômetros do SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/MG. Com efeito, o prazo estipulado de 10 (dez) dias seria manifestamente insuficiente para o procedimento de remessa, inviabilizando, por sua vez, a participação da Impugnante no certame, caso se adjudicatária.*

*A exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo após o recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho é irregular, uma vez que tal medida restringe o universo dos licitantes, privilegiando apenas os comerciantes locais.”*

### 3 – DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC

Inicialmente, cabe ressaltar que o Sesc não é entidade pública, por conseguinte, não é integrante da Administração Pública, seja ela direta ou indireta. Trata-se de Instituição de direito privado sem qualquer vinculação ao Estado, criada em 13/09/1946 por meio do Decreto-Lei nº 9.853, com objetivo de contribuir para a qualificação do mercado pela formação e valorização do trabalhador, tendo como escopo, ainda, a assistência social nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Aliás, além de estar previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.853 de 13/09/1946, de forma expressa, que o Sesc possui personalidade jurídica de direito privado, a própria Constituição Federal/1988, em seu artigo 240, dispõe que os serviços sociais autônomos e de formação profissional vinculados ao sistema sindical são instituições privadas, e não públicas, como equivocadamente está sendo enquadrado.

**Destarte, importante salientar que, em matéria de licitações para contratações de prestadores de serviços ou fornecedores, o Sesc em Minas se sujeita às regras estabelecidas pelo Regulamento de Licitações e Contatos próprio, consolidado pela Resolução nº 1.252/2012, de 06/06/2012, do Conselho Nacional do Sesc, e não à Lei Federal nº 8.666/93 e outras aplicáveis à Administração Pública.**

Neste aspecto, importante, ainda, salientar que a validade e eficácia dos procedimentos que envolvem as licitações e contratos no Sesc não são vinculados e determinados pela Lei Federal de Licitações. Não se interpreta extensivamente ao Sesc os deveres, limites, proibições a que a Administração Pública se sujeita, admitindo-se, no que couber, a observância dos princípios gerais da administração pública. Sobre isso, já manifestou o Tribunal de Contas da União em uma de suas decisões:

**As Entidades do Sistema “S” não são alcançadas pelo art. 1º da Lei 8.666/93. (AC 3362/2009-1ª Câmara). Os Serviços Sociais Autônomos, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.666/1993, não estão sujeitos à estrita observância dessa Lei, mas sim a seus regulamentos próprios** devidamente publicados, os quais devem se pautar nos princípios gerais do processo licitatório, devendo, contudo, ser consentâneos com os princípios constantes do art. 37, caput, da Constituição Federal e seguir os princípios gerais relativos à administração pública. (sem destaques no original).

Vê-se, assim, que ao contrário do pretendido na impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico nº 0078/2019, não são de aplicação direta no caso em tela a Lei nº 8.666/93, dentre outras normas voltadas à Administração Pública.

Ultrapassadas as questões afetas à natureza jurídica do Sesc em Minas e as normas a que se sujeita, passa-se à análise do mérito.

#### **4 – DA ANÁLISE**

O impugnante alega que o prazo de entrega estipulado no Edital (10 dias) é exíguo e restringe a participação de fornecedores de outras localidades. No entanto, é importante considerar que os nobreaks têm uma função vital no contexto operacional do Sesc em Minas, uma vez que garantem o fornecimento contínuo e ininterrupto de energia elétrica aos servidores de arquivos, e-mail e sistemas corporativos.

A falta de energia elétrica proveniente da concessionária local (CEMIG) pode acarretar sérios prejuízos ao Sesc em Minas, afetando setores financeiros, transações bancárias, contas a pagar e receber, check-in e checkout de hóspedes, sistemas de reservas, entre outros aspectos fundamentais do funcionamento diário. Além disso, a interrupção do acesso à internet e aos arquivos armazenados na rede do Sesc em Minas pode comprometer a operação de forma significativa.

Destacamos ainda que as baterias 12V-44AH-M6 dos nobreaks do data center estão com sua vida útil expirando, o que indica a necessidade premente de substituição desses itens para garantir o pleno funcionamento dos nobreaks e, conseqüentemente, a segurança operacional da Instituição.

Considerando esses fatores, é fundamental que os nobreaks permaneçam 100% confiáveis, 24 horas por dia, sem interrupções. Qualquer falha nos sistemas pode ocasionar consequências graves para as atividades do Sesc em Minas, podendo levar a prejuízos financeiros, perda de dados, corrupção de arquivos e até mesmo a uma paralisação completa das operações, o que poderia impactar na necessidade de dispensa de funcionários.

Nesse contexto, a manutenção do prazo de entrega estabelecido no subitem 11.1 do Anexo I do Edital se faz necessária para **garantir a segurança operacional da Instituição**.

Vale ressaltar que não cabe ao órgão promotor da licitação ajustar o prazo de entrega para acomodar as particularidades da empresa do licitante, como a localização em outro estado. O Edital estabelece as condições e requisitos necessários para a aquisição das baterias, levando em consideração as necessidades e especificidades do Sesc em Minas.

As condições de participação em uma licitação devem ser estabelecidas de forma objetiva, levando em conta critérios técnicos, capacidade de fornecimento, qualidade dos produtos ou serviços e demais requisitos relevantes para o objeto licitado. A localização geográfica da empresa, de fato não deve ser um fator impeditivo para sua participação, a menos que haja justificativa técnica ou operacional plausível **e no caso em tela, a entrega das baterias é essencial para a segurança operacional do Sesc em Minas, mostrando-se legítimo que o prazo de entrega seja mantido conforme estabelecido no Edital**. A justificativa reside na necessidade de garantir a continuidade dos serviços e evitar prejuízos à instituição devido à interrupção de energia elétrica.

Diante do exposto, concluímos que a impugnação em relação ao prazo de entrega não merece prosperar.

## **5 – DA DECISÃO**

Isto posto, **CONHEÇO** da impugnação apresentada, e no mérito **NEGO-LHE PROVIMENTO**, desse modo, mantendo o referido edital inalterado.

**Samuel Coelho dos Santos**  
**Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas**